



Caderno de Provas

CAM 47 – NM

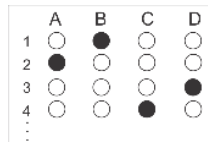
SECRETÁRIO ESCOLAR

**Editais Nº. 001/2024 –
Prefeituras dos Municípios da AMCEVALE/RN**

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala de provas, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Em momento algum a pessoa candidata poderá se retirar definitivamente da sala de provas com o **Caderno de Provas**.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 5 (cinco) questões de Informática e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Informática	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
TOTAL DA PROVA	30 questões	100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

Novos perigos da inteligência artificial

Após pouco mais de um ano de seu lançamento, não dá para negar que a inteligência artificial generativa – que tem como seu principal representante o ChatGPT – já revolucionou diversas áreas de trabalho. Mas essa força transformadora está mostrando, aos poucos, que também tem seu lado sombrio, levantando preocupações de todo tipo, inclusive éticas, pelo mundo.

A recém-encerrada greve dos roteiristas e atores de Hollywood já foi uma consequência do mundo pós-inteligência artificial. Entre outras reivindicações, os trabalhadores dos grandes estúdios cobravam regras mais claras para evitar que roteiros sejam totalmente escritos pela inteligência artificial, bem como restrições no uso indiscriminado da imagem dos atores coadjuvantes. Além de ter o poder de aniquilar o trabalho criativo, os sindicatos de Hollywood alertam que a automação desenfreada pode levar a uma produção de conteúdo carente da autenticidade que conecta histórias aos corações do público.

Outros casos recentes, dessa vez no Brasil, mostraram o aprofundamento dos perigos da inteligência artificial, tanto para pessoas públicas quanto para anônimos, e tendo principalmente mulheres como alvo. Primeiro foi a atriz mineira Isis Valverde, que teve diversas fotos adulteradas para simular o vazamento de imagens conhecidas como "nudes", como se ela estivesse sem roupa. As fotos falsas circularam pelas redes sociais como se fossem autênticas, o que levou a atriz a registrar um boletim de ocorrência na Delegacia de Crimes de Informática da Polícia Civil do Rio de Janeiro. A inteligência artificial também foi a ferramenta usada por alunos de escolas particulares de Belo Horizonte, Recife e Rio de Janeiro para criar versões falsas de imagens de colegas de sala nuas, em casos ainda mais preocupantes, já que envolvem adolescentes, ou seja, menores de idade.

A greve dos roteiristas e os sombrios casos de pornografia falsa gerada por IA revelam uma desconsideração alarmante pelo trabalho, pela privacidade e pela dignidade das pessoas. Por isso, é imperativo que a sociedade desenvolva estruturas robustas para prevenir esse tipo de abuso, e isso deve ser feito tanto pelos governos, quanto pelas empresas. Do lado das companhias que oferecem esse tipo de serviço, é fundamental que exista uma transparência maior nos algoritmos que regem a produção de textos e imagens pela inteligência artificial. Também é necessário que existam meios de identificação simultânea de conteúdos, como marcas d'água, de modo a comprovar que determinada foto ou sequência de palavras foi gerada por uma IA.

Falta ainda ao Brasil uma legislação clara para o uso da inteligência artificial, que leve em conta a atual mudança tecnológica. Apesar de a criação de montagens pornográficas – principalmente envolvendo menores de idade – ser crime, a autoria do produto final está em uma zona cinzenta das leis brasileiras. Para tentar coibir tais abusos, é preciso que existam regulamentações mais rigorosas e mecanismos claros de responsabilização pelo uso da IA para a produção de conteúdo criminoso.

A solução não reside em condenar a inteligência artificial – que é meramente uma ferramenta –, mas em estabelecer limites éticos e legais para sua aplicação. É preciso compreender que o perigo não está na IA em si, mas na ausência de diretrizes éticas. Como toda nova tecnologia, ela demanda técnicas, direitos e deveres totalmente novos, para que seja bem aplicada. Os alertas recentes já são mais do que suficientes para que esse debate se inicie, tanto nas empresas quanto no Congresso.

Disponível em: <https://www.em.com.br/2023/11/6654195-novos-perigos-da-inteligencia-artificial.html>. [Adaptado]

01. Considerando o texto em sua totalidade, o objetivo principal do texto é

- A) avaliar os efeitos negativos do uso indiscriminado e irresponsável da inteligência artificial.
- B) alertar sobre a necessidade de a sociedade criar mecanismos de defesa para o uso indiscriminado da inteligência artificial.
- C) apresentar soluções para extinguir os problemas advindos do uso da inteligência artificial.
- D) criticar a ausência de uma legislação brasileira que proteja os cidadãos do uso pornográfico da inteligência artificial.

02. De acordo com o texto, os perigos da inteligência artificial

- A) devem atingir também o mercado de trabalho.
- B) têm como alvo preferencial mulheres anônimas.
- C) surgiram apenas depois da criação do ChatGPT.
- D) atingem, exclusivamente, usuários das redes sociais.

03. Em relação ao uso da inteligência artificial, o autor do texto tem uma visão

- A) depreciativa, visto que aponta o lado sinistro dessa tecnologia.
- B) positiva, visto que admite a reversão do cenário estabelecido.
- C) indiferente, visto que se mostra apático em relação a essa questão.
- D) apocalíptica, visto que vislumbra um desfecho trágico para a humanidade.

04. Considerando a organização das ideias, no terceiro parágrafo, a ideia central

- A) está localizada, exclusivamente, no último período.
- B) está localizada, exclusivamente, no primeiro período.
- C) encontra-se diluída entre o terceiro e o quarto períodos.
- D) encontra-se diluída entre o primeiro e o segundo períodos.

05. Considere o trecho a seguir.

Do lado das companhias **que [1]** oferecem esse tipo de serviço, é fundamental **que [2]** exista uma transparência maior nos algoritmos **que [3]** regem a produção de textos e imagens pela inteligência artificial.

As palavras **[1]**, **[2]** e **[3]**, em destaque, devem ser classificadas, respectivamente, como

- A) conjunção integrante, pronome relativo, conjunção integrante.
- B) pronome relativo, conjunção integrante e conjunção integrante.
- C) pronome relativo, conjunção integrante e pronome relativo.
- D) conjunção integrante, pronome relativo e pronome relativo.

06. Se o sujeito for flexionado plural no trecho “[...] é fundamental **que exista uma transparência maior nos algoritmos [...]**”, a sua nova versão, de acordo com o português escrito padrão, será:

- A) “[...] é fundamental que exista transparências maior nos algoritmos [...]”.
- B) “[...] são fundamentais que exista transparências maiores nos algoritmos [...]”.
- C) “[...] são fundamentais que existam transparências maior nos algoritmos [...]”.
- D) “[...] é fundamental que existam transparências maiores nos algoritmos [...]”.

07. Considere o trecho a seguir.

Primeiro foi a atriz mineira Isis Valverde, que teve diversas fotos adulteradas para simular o vazamento de imagens conhecidas como "nudes", como se ela estivesse sem roupa. As fotos falsas circularam pelas redes sociais como se fossem autênticas, o que levou a atriz a registrar um boletim de ocorrência na Delegacia de Crimes de Informática da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Nesse trecho, a presença de verbos

- A) dispostos numa relação de anterioridade e posterioridade caracteriza a sequência narrativa.
- B) flexionados no pretérito perfeito do indicativo é um traço caracterizador da sequência descritiva.
- C) flexionados no pretérito imperfeito do indicativo é um traço caracterizador da sequência narrativa.
- D) encadeadores de ações simultâneas caracteriza, predominantemente, a sequência descritiva.

08. No quinto parágrafo, a conjunção “apesar de” é utilizada para

- A) estabelecer relação explicativa entre orações.
- B) estabelecer relação concessiva entre orações.
- C) introduzir oposição de ideias em relação ao período anterior.
- D) introduzir explicação em relação à ideia do período anterior.

09. Analise o período a seguir.

A inteligência artificial também foi a ferramenta usada por alunos de escolas particulares de Belo Horizonte, Recife e Rio de Janeiro **para [1]** criar versões falsas de imagens de colegas de sala nuas, em casos ainda mais preocupantes, **já que [2]** envolvem adolescentes, ou seja, menores de idade.

As conjunções [1] e [2] em destaque introduzem orações que exprimem

- A) explicações.
- B) finalidades.
- C) finalidade e explicação, respectivamente.
- D) explicação e consequência, respectivamente.

10. Analise o período a seguir.

A solução não reside em condenar a inteligência artificial – que é meramente uma ferramenta –, mas em estabelecer limites éticos e legais para sua aplicação.

Em relação à pontuação desse período,

- A) a vírgula separa orações coordenadas.
- B) a vírgula marca uma pausa respiratória.
- C) os dois travessões indicam a presença de oração adjetiva restritiva.
- D) os dois travessões podem ser retirados sem causar alteração de sentido.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – INFORMÁTICA

11. No programa Microsoft Word 365 PT-BR, o atalho do teclado utilizado para Salvar o documento e, em seguida, imprimi-lo é:
- A) CTRL+B e CTRL+P
 - B) CTRL+I e CTRL+N
 - C) CTRL+A e CTRL+R
 - D) CTRL+Z e CTRL+S

12. Analise a figura abaixo:



Figura 01

A logomarca da figura 01 refere-se ao navegador

- A) Google Chrome.
 - B) Microsoft Edge.
 - C) Mozilla Firefox.
 - D) Internet Explorer.
13. Ao utilizar o atalho “CTRL+T”, no navegador do Google Chrome, o usuário vai abrir
- A) o Histórico.
 - B) uma Nova Guia.
 - C) uma Nova Janela.
 - D) uma Nova Janela Anônima.
14. No programa Microsoft Excel 365 PT-BR, para iniciar uma fórmula, numa célula ou na barra de fórmulas, é preciso iniciar com o caractere
- A) Igual (=)
 - B) Jogo da velha (#)
 - C) Barra (/)
 - D) Asterisco (*)
15. Para Centralizar o conteúdo no documento do programa Microsoft Word 365 PT-BR, o usuário seleciona o texto e utiliza, no teclado, o atalho
- A) CTRL+Q
 - B) CTRL+G
 - C) CTRL+J
 - D) CTRL+E

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Considere o quadro de definições elaborado a partir de um material instrucional da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP, 2014):

Atendimento diz respeito a satisfazer as demandas de informação, produtos ou serviços apresentadas pelo cidadão.
Tratamento diz respeito à forma como o usuário é recebido e atendido.
Bom atendimento é um atendimento de qualidade, o que inclui dar um bom tratamento ao cidadão e satisfazer, COM TEMPESTIVIDADE E SUFICIÊNCIA, as demandas de informação, produtos ou serviços por ele apresentadas.
Tempestividade significa que atender no prazo é muito importante hoje. As pessoas estão sempre com pressa. No passado, tempestividade não era valor no atendimento.
Suficiência quer dizer que o atendimento para ser bom deve ser completo. Não pode ficar faltando informação ou alguma etapa do serviço. Preste atenção: suficiência não significa ir além, mas sim fazer tudo e apenas o que é necessário para atender a demanda do cidadão.

Com base nessas definições, analise o caso a seguir.

Dona Lourdes se dirigiu à secretaria da escola de sua neta, em Macau – RN, para solicitar uma declaração de matrícula, com a finalidade de inscrever a criança em um programa social da Secretaria Municipal de Assistência Social. Ao chegar lá, foi muito bem recebida pela secretária Montessori, que, educadamente, lhe explicou que o documento só seria expedido dentro de uma semana e não no dia seguinte, pois havia acontecido um problema no sistema.

Diante do caso apresentado, é correto afirmar que Dona Lourdes foi

- A) muito bem tratada e, conseqüentemente, muito bem atendida.
 - B) muito bem recebida, muito bem tratada e muito bem atendida.
 - C) muito bem tratada, mas, certamente, não foi bem atendida.
 - D) muito bem atendida, mas, certamente, não foi bem tratada.
17. Entre as atribuições específicas do Técnico em Secretariado, previstas no artigo 5º da Lei Nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, que dispõe sobre o exercício da profissão de Secretário e dá outras providências, estão:
- A) a organização e a manutenção dos arquivos de secretaria e a execução de serviços típicos de escritório, tais como recepção, registro de compromissos, informações e atendimento telefônico.
 - B) a classificação, o registro e a distribuição de mensagens eletrônicas e a redação de textos profissionais especializados, inclusive em idioma estrangeiro.
 - C) a taquigrafia de ditados, discursos, conferências, palestras de explanações e a tradução de documentos em idioma estrangeiro.
 - D) a orientação da avaliação e seleção da correspondência para fins de encaminhamento à chefia e a redação de textos profissionais especializados.
18. A partir de uma perspectiva educacional crítica, que reconhece a importância de cada agente envolvido no processo de formação humana realizado pela escola, o Técnico em Secretaria Escolar é concebido como
- A) especialista pedagógico e analista em gestão.
 - B) assessor e gerente educacional.
 - C) formador e técnico em gestão.
 - D) educador e gestor escolar.

19. Uma das competências profissionais gerais de um técnico da área de Serviços de Apoio Escolar, que compreende a formação em Secretaria Escolar, de acordo com Parecer CNE/CEB Nº 16/2005, é
- A) zelar pela dimensão normativa da escola e, a partir de estudo minucioso, aplicar a legislação educacional vigente, priorizando os atos normativos federais produzidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).
 - B) reconhecer a escola como espaço de disputas políticas e, por uma questão ética, posicionar-se sempre alinhado à gestão da qual faz parte, para garantir o bom funcionamento da instituição.
 - C) adotar uma postura conciliadora em relação ao papel da escola, buscando harmonizar as concepções críticas e conversadoras e garantir a pluralidade de ideias e a cultura da paz na organização.
 - D) assumir uma concepção de escola inclusiva, a partir do estudo inicial e permanente da história, da vida social pública e privada, da legislação e do financiamento da educação escolar.
20. Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/96), sobre os sistemas municipais de ensino é adequado afirmar que
- A) eles equivalem às redes municipais de educação e são gerenciados pela secretaria de educação dos municípios.
 - B) não fazem parte de suas composições os Conselhos Municipais de Educação, pois são órgãos normativos e possuem autonomia constitucional.
 - C) entre as instituições que os constituem estão as de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada.
 - D) são constituídos a partir da reunião das escolas de educação básica, municipais e privadas, localizadas em cada município.
21. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/96), a expedição de históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis, é de responsabilidade
- A) da supervisão escolar.
 - B) da instituição de ensino.
 - C) da secretaria de educação.
 - D) do conselho de educação.
22. Dalila tem 45 anos e deseja voltar a estudar. Ao ver um cartaz na padaria do bairro divulgando vagas em turmas de Educação de Jovens e Adultos se dirigiu à escola municipal Nísia Floresta para obter informações. Chegando à secretaria da escola, Dalila relatou à secretária Samantha que havia parado de estudar na antiga sexta série do Ensino Fundamental, há mais de vinte anos e que não dispunha de nenhum comprovante de escolaridade, pois o arquivo da escola onde estudou se perdeu por conta de um incêndio. Diante do exposto, uma das possíveis alternativas para garantir o direito constitucional do acesso à educação para Dalila, em conformidade com a Lei 9.394/96 (LDBEN), seria a
- A) *classificação*, que pode ser feita independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.
 - B) *equivalência*, que deve ser feita levando em consideração o ano em que a interessada deixou de estudar, por meio de registro no histórico escolar que indique a normativa municipal que regulamenta o amparo legal.
 - C) *certificação*, que atualmente é realizada por meio do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e deverá ser aplicada pela Secretaria Municipal de Educação, sempre que alguém demandar.
 - D) *reclassificação*, que é utilizada, exclusivamente, no caso de pessoas que não dispõem de comprovantes da classificação escolar anterior, mediante a aplicação de avaliações de Língua Portuguesa e Matemática, nas quais o aproveitamento deverá ser de pelo menos cinquenta por cento.

23. Conforme estabelece o artigo 14 da Lei 9.394/96 (LDBEN), a administração das escolas públicas de Educação Básica deve ser feita a partir da gestão democrática. Nesse sentido, um dos princípios que deverá ser considerado por estados e municípios e pelo Distrito Federal, no momento de definir as normas da gestão democrática do ensino público, e que diz respeito aos profissionais que atuam na secretaria escolar é a **participação** dos profissionais da educação na

- A) formulação do regimento geral escolar.
- B) elaboração do projeto pedagógico da escola.
- C) construção do plano de desenvolvimento institucional (PDI).
- D) criação do plano de metas, a partir do plano municipal de educação.

24. Considere o fragmento de texto abaixo.

A racionalidade técnica e instrumental se expande sem precedentes, fazendo uso das tecnologias de informação e comunicação, de estruturas organizacionais achatadas, do planejamento centralizado, do recurso a regras escritas e digitalmente inscritas em plataformas, de modos digitais de supervisão que, em termos globais, são híbridos e aparentemente contraditórios, mas que, no entanto, não têm impedido que a investigação venha refutando a tese da ruptura com a burocracia organizacional (Lima, 2021, p.1).

O fragmento apresentado problematiza o lugar das tecnologias da informação e da comunicação na administração da educação que, contraditoriamente ao que propagam,

- A) proporcionam a desburocratização e a gestão escolar por resultados.
- B) possibilitam soluções criativas e o fortalecimento da gestão democrática.
- C) promovem a hiperburocratização e o maior controle na gestão escolar.
- D) favorecem a autonomia institucional e a simplificação dos processos da gestão escolar.

25. No que diz respeito à guarda de documentos, Denize, secretária escolar em uma das escolas municipais de uma cidade do Vale do Açu Potiguar, deve levar em conta que, quanto à espécie, os arquivos das instituições públicas das esferas federal, estadual e municipal são classificados em

- A) correntes, fixos e indeterminados.
- B) contínuos, provisórios e perenes.
- C) contínuos, determinados e flexíveis.
- D) correntes, temporários e permanentes.

26. De acordo com o manual de redação da Presidência da República, no que diz respeito à formatação e apresentação do ofício padrão, para facilitar a localização, o nome dos arquivos eletrônicos deverão ser formados da seguinte maneira:

- A) Nome do documento + ordem do documento + ano do documento (com 2 dígitos) + palavras-chaves do conteúdo + nome do(a) autor(a) do documento (Exemplo: Ofício 24º_23_relatório de matrículas_Daniela).
- B) Ano do documento (com 4 dígitos) + tipo do documento + número do documento + palavras-chaves do conteúdo (Exemplo: 2023_Ofício 24_relatório de matrículas).
- C) Tipo do documento + número do documento + ano do documento (com 4 dígitos) + palavras-chaves do conteúdo (Exemplo: Ofício 24_2023_relatório de matrículas).
- D) Instituição do documento + ordem do documento + ano do documento + objetivo do documento (Exemplo: EMFC_ 24º_2023_relatar o numero de matrículas novas).

27. Leia o fragmento de texto abaixo.

[...] é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira. É coordenado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país (INEP, 2023).

A descrição acima se refere ao

- A) **Censo Escolar**, que é preenchido pelo secretário escolar quando este possui o acesso de executor no sistema Educacenso do INEP e tem como data de referência para o envio das informações a última quarta-feira do mês de maio de cada ano, conforme a Portaria MEC nº 264/07.
- B) **Plano Nacional de Educação**, que é elaborado pelas secretarias estaduais de educação em parceria com as secretarias de educação de cada município, envolvendo as escolas e todos os profissionais da educação, inclusive os secretários escolares, em conformidade com a Lei nº 13.005/04.
- C) **Sistema de Avaliação da Educação Básica**, que deve ser alimentado pelo secretário escolar, que é o responsável pela gestão dos documentos escolares, sob a supervisão do diretor escolar até o dia 31 de dezembro de cada ano, conforme previsto na Lei nº 9.94/96 (LDBEN).
- D) **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**, que é um importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação, construído pelo INEP, a partir das informações enviadas por secretários e diretores de cada escola brasileira, pela plataforma SIMEC, até o final de cada ano letivo, conforme a Resolução CNE/CEB nº 1/18.
28. Os pais de uma adolescente transexual de 13 anos se mudaram recentemente para o município de Fernando Pedroza – RN e procuraram a escola pública mais próxima da nova residência para efetuar a matrícula da filha. Ao chegarem à escola, solicitaram ao secretário escolar Comenius que a filha fosse matriculada com o nome social Lis e não com o nome de registro que consta em seus documentos. Levando-se em consideração o disposto na Resolução CNE/CP Nº 1, de 19 de janeiro de 2018, o secretário da escola deverá
- A) recusar a solicitação dos pais, posto que o direito ao uso do nome social em registros escolares é assegurado somente a pessoas travestis e transexuais maiores de 18 anos, que poderão requerê-lo no ato da matrícula ou a qualquer momento.
- B) pedir aos pais que formalizem a solicitação por meio de requerimento escrito que deverá ser encaminhado à Secretaria de Educação e aos órgãos de proteção da criança e do adolescente para a devida autorização, pois trata-se de estudante menor de 18 anos.
- C) acatar a solicitação dos pais, pois o direito ao uso do nome social em registros escolares é assegurado a pessoas travestis e transexuais e pode ser requerido durante a matrícula ou a qualquer momento.
- D) Informar aos pais que levará o caso à direção da escola, pois, conforme previsto na referida normativa do CNE, os casos de utilização do uso de nome social por crianças e adolescentes deverão ser avaliados pela equipe pedagógica de cada unidade escolar.
29. Maria Alejandra, refugiada venezuelana, recém chegada ao Vale do Açu Potiguar, procurou a Escola Municipal Dona Clara Camarão para matricular seus filhos, Juan, de 9 anos, estudante do quinto ano, e Maria Elena, de 11 anos, estudante do sétimo ano. Contudo, ao sair do seu país, a mãe das crianças não conseguiu trazer consigo os documentos escolares de seus filhos. Diante dessa situação e considerando o disposto na Resolução CNE/CEB nº 1, de 13 de novembro de 2020, a secretária escolar Eliane deverá
- A) providenciar, em conjunto com a direção da escola, a realização de avaliação/classificação (na língua materna, no caso Espanhol), para que a matrícula seja efetuada conforme o desenvolvimento e a faixa etária das crianças.
- B) solicitar à mãe das crianças que faça uma declaração de próprio punho (na língua materna, no caso Espanhol), relatando a situação e na sequência realizar a matrícula das crianças nos anos escolares em que estavam cursando no país de origem.
- C) entrar em contato com a equipe da Supervisão Escolar para agendar o teste de nivelamento, que deverá ser realizado pelas crianças (na língua oficial do país, no caso Português) na Secretaria Municipal de Educação.
- D) elaborar, juntamente com a equipe pedagógica, o instrumento de avaliação/reclassificação (na língua oficial do país, no caso Português) e, após o resultado, realizar a matrícula das crianças nas turmas correspondentes ao desenvolvimento e à faixa etária de cada um.

30. “O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, criado em 1995, também conhecido pelas entidades participantes como PDDE Básico, atualmente é regido pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 setembro de 2021, que dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa” (MEC, 2022). A respeito do referido programa e em conformidade com o Guia de Execução do PDDE, é correto afirmar que
- A) para receber os recursos, todas as escolas precisam criar a Caixa Escolar (Unidade Executora Própria – UEX) e informar, semestralmente, pelo sistema PDDEWeb, o percentual de recursos, exclusivamente de capital, que precisam receber para compras de equipamentos, uma vez que o Programa não prevê verbas de custeio.
 - B) o repasse de recursos para escolas com mais de 50 alunos é feito à Unidade Executora Própria – UEx, que deverá informar até o dia 31 de dezembro de cada exercício, por intermédio do sistema PDDEWeb, os percentuais de recursos que desejarão receber em custeio e capital no exercício subsequente ao da informação.
 - C) a descentralização dos recursos é feita via Secretaria de Educação, que é a Unidade Gestora Própria – UGP. Sendo assim, todos os meses as escolas precisam solicitar, pelo sistema de controle PDDEOnline, os valores de capital e custeio que precisam receber para efetuar compras de equipamentos, materiais e fazer manutenção.
 - D) cada unidade escolar pública deve criar uma fundação de apoio, para ser sua Unidade Gestora Pagadora – UniPag e informar ao final de cada ano fiscal, por meio do sistema PDDEOnline, o montante de recursos referente a custeio de que necessita, haja vista que o Programa não prevê a dispensação de verbas de capital.